

A LITERARIEDADE DA BÍBLIA HEBRAICA

THE LITERARINESS OF THE HEBREW BIBLE

Eliathan Carvalho Leite*

Resumo: Historicamente, a Bíblia Hebraica têm sido alvo de diversas discussões acerca de sua condição e dos critérios que deveriam definir seu método de análise. Nesse contexto, é possível destacar os teóricos que defendem o caráter literário da Bíblia, propondo modelos interpretativos que partem dessa premissa. Os esforços de tais teóricos resultaram em uma crescente produção crítica; contudo, esta é majoritariamente dedicada à confecção e aplicação de métodos interpretativos, em detrimento de uma discussão que trata, de fato, da condição literária da obra. Este trabalho objetiva contribuir para a diminuição desse vazio, explorando, assim, a literariedade da Bíblia Hebraica, tomando como base os elementos que refletem o caráter literário de um texto, conforme estipulado pelas mais diversas correntes da Teoria Literária.

Palavras-chave: Bíblia Hebraica. Literariedade. Teoria Literária.

Abstract: Historically, the Hebrew Bible has been the subject of several discussions about its condition and the criteria that should define its method of analysis. In this context, it is possible to highlight the theorists who defend the literary character of the Bible, proposing interpretative models that start from this premise. The efforts of such theorists resulted in an increasing academical production; however, this is mostly dedicated to the making and application of interpretative methods, in detriment of a discussion that deals, in fact, with the literary condition of the work. This work aims to contribute to the reduction of this emptiness, exploring, thus, the literariness of the Hebrew Bible, taking as a base the elements that reflect the literary character of a text, as stipulated by the most diverse currents of Literary Theory.

Keywords: Hebrew Bible. Literariness. Literary Theory.

* Universidade Estadual de Campinas – Campinas, Brasil. Mestre em Teoria Literária pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Graduado em Teologia e Letras pela Universidade Adventista de São Paulo (UNASP-EC).

Email: <eliathan.carvalho.l@gmail.com>.

Introdução

Historicamente, questões relativas a condição e critérios de análise da Bíblia Hebraica têm sido constante objeto de análise e interpretação dos mais variados grupos. Já no Judaísmo do Segundo Templo, uma discordância quanto as formas de compreensão do livro é claramente evidenciada - como ocorre nas escolas rabínicas de Hillel e Shammai, por exemplo, que influenciarão a vida religiosa dos judeus do primeiro século (JEREMIAS, 1983). De forma semelhante, a discordância interpretativa cristã é observada ainda em períodos bíblicos, o que causou motivação suficiente para a produção das epístolas teológicas de Paulo. A constância dessa realidade, pautada na discordância interpretativa, fica evidente ao longo da História do Cristianismo, conforme mesmo uma breve análise histórica pode demonstrar. Atualmente, a herança moderna da diversidade de compreensões quanto a essência da obra, que geram modelos de análise amplamente distintos, é ainda mais presente.

Dentre as abordagens hermenêuticas que propõem distintos caminhos para a compreensão e análise da Bíblia Hebraica é possível destacar aquela que aborda a Bíblia como Literatura. Embora as raízes de tal abordagem sejam anteriores, ela vem sendo desenvolvida e defendida desde a década de 1990, a partir dos estudos de relevantes críticos como Robert Alter e Northrop Frye. No contexto nacional, os esforços acadêmicos voltados a essa abordagem são ainda tímidos, voltados, normalmente, a uma análise pautada pela semiótica ou mesmo uma revisão ou reprodução de obras importadas.

Ao observar os estudos fundamentados nessa abordagem, nota-se, em todo caso, um problema paradigmático: Comumente, esses materiais se dedicam à exposição de construtos metodológicos de análise da Bíblia como Literatura, assumindo a permanência da obra nessa categoria e expondo como uma leitura literária da Bíblia pode ser feita; contudo, não é comum observar uma explicitação das razões que advogam a favor do pertencimento da Bíblia Hebraica à categoria literária.

O presente trabalho surge diante desse vazio teórico, buscando contribuir na demonstração da validade de assumir a Bíblia Hebraica como obra literária. Para tanto, a partir de um processo de revisão bibliográfica, voltado às mais diversas correntes da Teoria Literária, os elementos que atestam o caráter literário de um texto serão expostos. Em seguida, os elementos então levantados serão aplicados em análise de amostras da Bíblia Hebraica, a fim de expor seu pertencimento à categoria em questão.

1 Literariedade: Elementos que fazem de uma obra, literatura

É importante reconhecer, preliminarmente, que a tarefa de definir se a Bíblia Hebraica pode vir a ser, de fato, percebida como literatura não se apresenta como uma empreitada de fácil execução. Isso porque, ainda em aspectos mais amplos, conforme apresenta Eagleton (2006, p. 1), “muitas têm sido as tentativas de definir literatura” sem, contudo, chegar a uma definição precisa, universal e consensual acerca do tema - o que pode ser facilmente observado mediante análise de tão grande variedade de conceitos e percepções que rondam o assunto (MOISÉS, 2000, p. 20-44).

Ainda assim, com poucas exceções, é fácil notar uma compreensão comum aos teóricos da área em assumir que o texto literário difere das demais obras, mesmo que tais teóricos discordem naquilo que de fato define o objeto literário. Como resultado dessa discordância, diversas teorias têm sido instauradas ao longo dos tempos, a fim de definir quais aspectos demarcariam as fronteiras da Literatura (MOISÉS, 2000, p. 20-44).

Conforme defende Moisés (2000, p. 20), é importante considerar que o surgimento da literatura se relaciona fortemente com o material escrito, tendo em vista que é impossível falar de literatura na oralidade. Além disso, é exatamente nos mais antigos textos literários que uma primeira teorização do objeto em questão apresenta esvoaçado início. É, por exemplo, na obra *Defesa de Helena*, do filósofo sofista Górgias (c. V-IV séc. a.e.c.), que se notam as primeiras considerações que se tem registro do que é hoje considerado linguagem literária (EAGLETON, 2006, p. 10).

Ainda assim, mesmo que algumas considerações explicativas referente aos elementos formativos da literatura surjam já no interior de obras clássicas como essa, ou mesmo na *Ilíada* e na *Odisseia*, é nos escritos de célebres filósofos gregos que se notam as primeiras distintas considerações teóricas a respeito do objeto literário. Portanto, é nos escritos de Platão (tais como *Ion*, *A República*, *Fedro* e *As Leis*) e, especialmente, de Aristóteles (*Poética*, *Retórica* e *Política*), que a análise literária assume contornos mais expressivos, em evidente sistematização e maior profundidade (MOISÉS, 2000, p. 25-26; EAGLETON, 2006, p. 12-13).

De forma sintética, na percepção grega aristotélica¹, a literatura² vem a ser compreendida como um conjunto de obras que imita o mundo real. A imitação (*mimesis*), portanto, vem a ser a principal característica formadora da essência da obra literária; essência que viria a ser pautada por estruturas básicas denominadas como verossimilhança, catarse e gêneros literários. Portanto, tais aspectos dependem, inerentemente, do conceito aristotélico de *mimeses* para sua compreensão (EAGLETON, 2006, p. 25; MOISÉS, 2000, p. 25-26;).

O conceito de verossimilhança diz respeito a capacidade que o conteúdo escrito tem de representar, de forma aproximada, a realidade. Dessa forma, a “imitação” que é registrada no livro adota características semelhantes ao que é verídico; sem, porém, reproduzi-lo em sua totalidade (MOISÉS, 2000, p. 26; MOISÉS, 2006, p. 145-148; EAGLETON, 2006, p. 25).

É importante considerar, no entanto, que mesmo adotando a condição mimética da literatura como elemento principal da essência da obra, não é necessário atribuir ao objeto literário uma qualidade ficcional; ou, ao menos, vê-lo como pertencente àquilo que comumente se concebe como ficção (WELLEK; WARREN, 2003, p. 14). Isso porque, a condição mimética não exige a não historicidade da obra; antes disso, conduz ao interesse de imitar algo que existe, escolhendo narrar os acontecimentos e vivências de forma mais rebuscada, ou mesmo alterada, em acordo aos objetivos que compõem a condução ideológica do texto (MOISÉS, 2000, p. 26; MOISÉS, 2006, p. 145-148;).

Evidentemente, a condição verossimilhante que permeia a *mimesis* pode também ocorrer a partir de uma imitação apenas virtual e pouco histórica de elementos que compõem a narrativa, construindo cenários, personagens, enredos e efabulações imaginários; conforme ocorre com os épicos de Homero, ou mesmo com o *Bóbok* de Dostoievski. Ainda assim, tal aspecto se embasa na realidade experimentada pelo idealizador da história – não abandonando o caráter imitador da obra –, além de não representar uma exigência, sendo possível e recorrente o registro de uma *mimesis* pautada pela realidade e apenas estruturada de forma que não exprima a totalidade dos acontecimentos narrados, conforme as tantas crônicas de Veríssimo e

¹ É necessário registrar que, muito embora se reconheça que o objeto de análise de Aristóteles venha a ser o material literário metrificado (poesia), assim como a grande parte dos teóricos da literatura anteriores ao século XVIII, será defendido a aplicabilidade de suas considerações gerais também à prosa (MOISÉS, 2006, p. 19). Isso porque, na percepção que rege o presente trabalho, em aspectos amplos, ambas, poesia ou prosa, compartilham dos mesmos elementos essenciais que as configuram como literatura.

² Como bem se sabe, o termo “literatura” é um descritor moderno, não empregado por Aristóteles ou qualquer um de seus contemporâneos. O autor preferia o uso do descritor “obra poética”, a fim de classificar o que hoje denomina-se “literatura”. Contudo, o termo foi aqui empregado a fim de não gerar confusão no leitor leigo, visto que sua substituição não acarreta os relevantes problemas que uma prática anacrônica normalmente gera, em razão de ambos termos serem dirigidos ao mesmo objeto.

livros mais extensos como o *Recordações da Casa dos Mortos*, do célebre russo já mencionado. Afinal, em olhar ontológico, a realidade nunca poderia ser expressa além de seu acontecimento expresso no espaço-tempo; logo, qualquer reprodução dessa realidade necessita ser, em maior ou menor medida, ficção. De toda forma, o tema será melhor explorado mais adiante.

Retornando, portanto, ao escopo da presente seção, um segundo conceito defendido por Aristóteles como estrutura básica da literatura pode ser trabalhado; conceito denominado pelo filósofo como “catarse”. Esta pode vir a ser compreendida como a propriedade inerente a obra literária de promover purificação ou clarificação, com base em sua imitação da realidade. Em outras palavras, é a busca por melhorar o leitor, através da associação feita entre a imitação descrita na obra e aquele que lê (ARISTÓTELES, 2008, p. 46-47).

Os gêneros literários – último dos elementos levantados pelo teórico – são compreendidos por Aristóteles como estruturas textuais que surgem a partir dos diferentes níveis de imitação que um escritor busca exprimir da realidade em determinada obra. Assim, uma imitação da realidade que vem a representar os homens como inferiores aos reais, gera um texto cujo gênero se configura em “Tragédia”, ao passo que uma imitação cuja representação dos homens os tornam superiores ao seu paralelo real, configuraria uma obra de “Comédia” (ARISTÓTELES, 2008, p. 39-40).

Ao analisar as percepções de Aristóteles é necessário considerar o fundamento filosófico de suas colocações. Diferentemente de seu mentor, Aristóteles percebia o mundo a partir de um viés mais materialista que idealista; assim, a materialidade representava o real em sua percepção, não um ideal externo, cuja representação é imperfeita. Tal percepção, que em muito influenciou todas suas conjecturas, parece, de forma semelhante, em muito ter influenciado sua compreensão quanto a obra literária – o que faz com que o teórico empreenda uma análise a partir do próprio texto e de sua representação material (ARISTÓTELES, 2008).

Concluindo a exposição acerca da percepção do filósofo grego acerca do objeto hoje chamado literário, é importante pontuar que a proposta de Aristóteles, seja em maior ou menor ênfase normativista, foi assumida como principal percepção teórica no campo literário durante vários séculos. Nesse sentido, sua compreensão de que o que vem a formar a literatura é seu caráter mimético, além da orientação de uma análise mais centrada na materialidade do texto, reinou imperiosamente durante muitos anos, até o fim do Renascimento; influenciando, inclusive, teorias posteriores a esse marco (MOISÉS, 2000, p. 23; SOUZA, 2007, p. 43-44).

É apenas no período da Literatura Oitocentista, no século XIX, que a concepção de literatura é claramente defendida a partir de uma percepção distinta. Nesse período, uma noção

extensamente mais ampla é atribuída ao conceito de literatura, sendo a ela designada a “massa de fatos formada por toda a produção escrita” existente, seja um romance ou um compêndio histórico (MOISÉS, 2000, p. 23; WELLEK; WARREN, 2003, p. 11-12; SOUZA, 2007, p. 43-44).

Tal concepção é claramente norteadas a partir dos paradigmas de uma época altamente influenciada por um positivismo muitas vezes simplista, que busca reduzir o objeto nessa simplicidade, tanto quanto possível, a fim de que este seja mais bem experimentado. Assim, seguindo as construções socioculturais e intelectuais da época, os teóricos do século XIX se restringiram a uma busca mais histórica da literatura, voltando seus esforços para a análise das origens das obras e de seus processos de transformação. Além disso, na busca pela cientificidade dessa análise, tão cara ao período, se buscou fortemente “explicações causais para os fatos estudados” (EAGLETON, 2006, p. 30).

Como resultado de tais pressupostos, adotou-se uma perspectiva que buscava nos aspectos externos da literatura sua principal fonte para análise e definição. Tal percepção regressiva, no que envolve a teorização da literatura, abriu portas para diversas correntes modernas, que em muito ou pouco, rompem com essa percepção, retomando a percepção grega já mencionada ou trilhando novos caminhos. As teorias elaboradas a partir do rompimento desse paradigma podem ser agrupadas em dois modelos: o de natureza contextual ou o de natureza textual (EAGLETON, 2006, p. 30).

As teorias contextuais percebem a literatura a partir de duas principais óticas, uma que coloca a ênfase da análise na vida e personalidade do autor e uma outra que enfatiza o aspecto coletivo, representado na vida política, econômica, social e ideológica do período, que são tidos como elementos fundamentais para a construção do texto. Tais análises foram instituídas em detrimento claro da percepção do material linguístico como eixo de análises e fonte principal de informações; percebendo o valor literário como formado a partir de uma coesão orgânica das temáticas expostas, com base no momento literário da construção (WELLEK; WARREN, 2003, p. 4; EAGLETON, 2006, p. 30, COELHO, 1982, p. 134).

Ainda nesse período, uma teoria um pouco mais próxima de uma ênfase textual é implementada, denominada Filologia. Tal modelo se atém aos objetivos da reconstrução dos textos, da explicação destes e do inventário das fontes que o compõe. Contudo, muito embora tal modelo se volte um pouco mais ao texto, sua ênfase não reside na busca de seu significado, limitando-se a explicações semânticas pautadas por alusões compreendidas a luz de análises contextuais e linguísticas (EAGLETON, 2006, p. 31).

Muito embora as teorias contextuais tenham se mantido firmes em suas estipulações e análises até os dias atuais (Cf. COELHO, 1982, p. 134), são as teorias textuais que recebem maiores formulações nos séculos posteriores, principalmente a partir dos estudos linguísticos de Saussure (2004), transpostos à literatura. Dentre tais teorias, é possível destacar as ênfases formalistas do estruturalismo e pós-estruturalismo, conforme instituídos pelas escolas da estilística, do formalismo eslavo, da escola morfológica alemã, da nova crítica anglo-americana e da fenomenologia dos estratos (EAGLETON, 2006, p. 37).

Os formalistas do século XX, portanto, seguindo a linha cientifista da linguística, resistem às concepções contextuais da literatura, defendendo uma percepção mais textual na análise e compreensão do texto. Assim, defendiam a literatura como um desvio da norma, uma violência linguística, pautada por uma reunião mais ou menos arbitrária de "artifícios" relacionados entre si, dentro de um sistema textual global (WELLEK; WARREN, 2003, p. 17; EAGLETON, 2006, p. 5-7).

Assim, diferentemente dos textos do cotidiano, que persuadem a humanidade, de forma objetiva, a uma “ação exterior definida”, a literatura a afeta com maior sutileza (WELLEK; WARREN, 2003, p. 17). É partindo disso que Jakobson (1973) define literatura como um material textual que exprime o que ele vem a denominar como literariedade. Tal aspecto viria a ser constituído por esse desvio já mencionado, apontado em referencial linguístico da obra em análise.

Em seu trato para com o material textual, os pós-estruturalistas, enquanto não contestam a percepção formalista, vão ainda além. Tais teóricos defendem a primazia do texto a ponto de ignorar completamente o autor, anunciando sua morte. O texto, portanto, é visto de forma quase semelhante entre ambas as escolas, sendo ponto central de diferenciação as condições da produção textual e de sua análise, derivadas de uma adoção mais extrema do desinteresse pelo universo contextual presente entre os pós-estruturalistas (MENESES, 2013).

Conforme expõe Moisés (2000, p. 26-27), a teoria pós-estruturalista não foi amplamente adotada pelos teóricos da área, permitindo a insurgência de uma série de outros caminhos teóricos. Moisés (2000, p. 26-27) apresenta, por exemplo, uma compreensão acerca do objeto literário que o considera como “para-realidade”, que atua na criação de um mundo latente, paralelo ao real, onde, “o texto não o contém, evoca-o; não o encerra, sugere-o; não é o universo para-real, mas o sinal que o aponta e a matéria que o enforma”. Nessa percepção, a literatura representaria características como “um tipo de conhecimento expresso por palavras de sentido polivalente” e “a expressão dos conteúdos da ficção, ou da imaginação, por meio de palavras de sentido múltiplo e pessoal” (MOISÉS, 2000, p. 26-27, 37-38).

A par das correntes expostas acima, uma terceira via teórica surge como resposta à análise formal e científica da literatura. Tal percepção, fundamentalmente antiteórica, se propõe a um estudo menos rigoroso e sistemático da literatura, visando uma análise norteadas por fruição e emissão de juízos a partir da sensibilidade e impressões do leitor. Tal escola, contudo, não propõe novas discussões no campo da conceituação do objeto literário (WELLEK; WARREN, 2003, p. 3-4,8; EAGLETON, 2006, p. 37).

Visando não prolongar além do necessário a presente sessão, torna-se evidente a existência de uma ampla variedade de escolas teóricas que defendem distintos posicionamentos quando o assunto é o que faz de uma obra, literatura. Contudo, mesmo que não haja consenso entre tais escolas, nota-se que as proposições teóricas levantadas convergem na demonstração do caráter literário de uma obra, divergindo apenas na medida em que acabam dirigindo seu enfoque para um ponto específico da análise do texto. Assim, quando todos os critérios levantados em cada escola são aplicados a uma única obra, estes não se contradizem e acabam mesmo por se completarem, reforçando a classificação de determinada obra como “literatura”.

Se realizada uma análise aristotélica, por exemplo, a imitação da realidade é claramente observada nos *Lusíadas de Camões*, talvez em grau diferente daquela que se observa no *Auto da Barca do Inferno* de Gil Vicente, mas ainda presente. Além disso, a verossimilhança, a catarse, e sua própria construção em gêneros distintos podem ser facilmente observadas. Concomitantemente, uma análise a partir da ótica estruturalista permitiria ver de forma clara tais obras como desvios da estrutura comum da linguagem, ressaltados na genialidade de sua escrita. Desse modo, ambas escolas aceitariam tais obras como “literatura”, tendo apenas percorrido um distinto caminho no processo dessa classificação (ARISTÓTELES, 2008, p. 39-47; WELLEK; WARREN, 2003, p. 17; EAGLETON, 2006, p. 5-7). A essência literária dessas obras poderia ser novamente afirmada a partir da aplicação de todas as demais teorias literárias mencionadas, seja em fruição ou mesmo nos enquadros da literariedade. Até mesmo a concepção oitocentista exigiria que tais obras fossem vistas como “literatura”, já que essa classificação engloba qualquer obra escrita.

Assim, aglutinando os conceitos já trabalhados, se concebe a obra literária como uma que apresenta um desvio que a distingue dos demais textos, que imita o mundo e a vida, reproduzindo, mesmo que na estrutura linguística, em sua forma e conteúdo, os valores socioculturais presentes em sua produção. Tendo definido os elementos que demarcam as fronteiras da essência da obra literária, a transposição do enfoque para a análise da Bíblia Hebraica pode ser feita.

2 Aplicação analítica dos elementos da literariedade na Bíblia Hebraica

Tendo em vista os elementos teóricos já abordados, uma aplicação analítica dos elementos demarcadores da essência literária (*i.e.* literariedade), retirados de todas as escolas literárias mencionadas, será feita ao objeto em questão, tendo em vista que, toda e qualquer obra que satisfaça as condições aqui levantadas deve ser vista como possuidora do atributo literário; é dizer, deve ser vista como literatura (MOISÉS, 2000, p. 38-39). Tal análise pode ser dada como se segue.

2.1 Catarse

Conforme já descrito previamente, a catarse pode vir a ser compreendida como a capacidade inerente à obra literária de promover purificação ou clarificação, com base em sua imitação da realidade. Em outras palavras, é a busca por melhorar o leitor, através da associação feita entre a imitação descrita na obra e aquele que a lê (ARISTÓTELES, 2008, p. 46-47).

A ação de purificar o leitor, propondo uma melhor percepção do que ele e o mundo ao seu entorno é, promovendo, assim, mudanças em sua essência, é aspecto caro à Teologia, em aplicação da funcionalidade do texto bíblico. Tal ação, além disso, é comumente associada a eventos sobrenaturais resultantes da atuação divina (Cf. Salmo 119: 27, 34, 125,73, etc.). Muito embora seja possível reconhecer tal aspecto, mediante ação de fé e adoção de tais pressupostos teológicos, não é necessário considerá-lo (muito menos negá-lo ou combatê-lo) nessa discussão. Isso porque, ao analisar o texto bíblico, é possível observar a existência de um potencial catártico inerente ao próprio texto. Tal potencial é aparentemente reconhecido por Paulo em 2 Timóteo 3:16-17, onde, muito embora o teólogo primitivo adote o conceito de inspiração na produção da Bíblia Hebraica, atribui à sua forma final o processo catártico e não, objetivamente, ao seu autor divino (mesmo que, evidentemente, ainda reconheça essa origem).

Basta considerar, desse modo, que o texto bíblico possui, em sua materialidade, um potencial catártico proveniente de sua boa redação (que pode ser compreendido como estando somado ou não à atuação divina, o que não é relevante em si). A fim de reforçar esse posicionamento, uma análise de uma grande diversidade de textos pode ser feita. Não é difícil perceber, por exemplo, as variações do sentimento de coragem e falta de temor gerado mediante leitura de histórias como a de Davi perante o gigante Goliás, narrada em I Samuel 17. Ou mesmo

os sentimentos diversos que sobrevêm à leitura da história de José, na seção final do livro de Gênesis, sejam eles de raiva, admiração, respeito ou indignação.

Obviamente, as reações provocadas nos leitores vão divergir leve ou fortemente; isso porque o leitor está condicionado às suas formações ideológicas e pressupostos, além de suas disposições cotidianas específicas, que vão gerar estados emocionais/psicológicos distintos. Até mesmo os pressupostos religiosos do leitor irão guiá-lo a uma ou outra dimensão do efeito catártico; ainda assim, uma coisa é certa: a leitura produzirá efeito em todo e qualquer leitor, seja em aceitação, negação ou outro qualquer que orbita nesse meio.³

É importante notar que tais aspectos não são construídos como uma novidade, seja no meio do estudo literário ou mesmo no meio teológico. Isso porque, há uma grande diversidade de escolas literárias que reconhecem o dinamismo e pluriexistência das condições do leitor, que vão relacioná-lo com a obra de forma distinta. De forma semelhante, o conceito hermenêutico de “iluminação” e o conceito homilético de “aplicação”, presentes na Teologia, pressupõem a subjetividade do leitor/ouvinte na relação de purificação (*i.e.* relação catártica) que será produzida pelo contato com a Bíblia.

Dando sequência a essa discussão, algum tempo será dedicado a uma análise pouco mais detalhada de um excerto da Bíblia Hebraica, preservado nos dois primeiros capítulos do livro de Jó. Essa história, amplamente conhecida e reproduzida ao longo das eras, faz referência a um homem da terra de Uz (não israelita, por conseguinte), íntegro, que sofre grandes desgraças por ação sobrenatural até sua restauração em ação divina. A história é introduzida e encerrada por duas seções em prosa, que circundam um meio poético.

A leitura de tal obra gera, inevitavelmente, fortes reações catárticas aos leitores que a tomam por objeto; reações que são motivadas pela própria forma como a narrativa é construída. Atentemos por exemplo, para a construção do personagem: sua descrição contempla um personagem plano, cuja descrição é bem sintetizada ainda no primeiro verso do capítulo: “Havia um homem na terra de Uz, cujo nome era Jó; homem íntegro e reto, temente a Deus e que se desviava do mal” (Jó 1:1, ARA).

Tal descrição, que aponta Jó como o personagem perfeito e intocável (ao menos inicialmente) é ainda ampliada no decorrer da sequência narrativa. Ele é descrito como

³ É necessário ressaltar que, obviamente, muitos leitores terão dificuldade de acessar com maior profundidade o significado da obra, não podendo ser afetados mais fortemente, por seu potencial catártico. Tal aspecto ocorre, muitas vezes, devido à falta de conhecimento técnico, ou mesmo atenção disposta naquela leitura; além da disposição de como se dirige a ela. Isso não é aplicável unicamente à leitura da Bíblia Hebraica, mas a todo e qualquer texto literário. Para tanto, apenas é necessário tomar como exemplo as obras de Guimarães Rosa, de difícil leitura para leigos.

completo observador das leis divinas em exímio altruísmo, inclusive (Jó 1:5). Além disso, toda e qualquer reflexão que pudesse vir a ser instituída, buscando menosprezar a condição moral de Jó, é refutada pelo narrador. Se colocado pelo leitor que o personagem demonstra tais características por não possuir nada que o pudesse distanciar-se desse caminho moral, por exemplo, ele é descrito como possuidor de grandes riquezas, como o “maior de todos do Oriente” (Jó 1:3, ARA). Se esse aspecto é indicado como um facilitador de tal condição, o próprio Deus é interpelado na história como defensor de Jó e atestador de seu caráter. Se não bastasse, o narrador insere como fala divina no verso 8 a integral reprodução de sua introdução, indicando que até mesmo o próprio Deus vê o herói dessa narrativa “como homem íntegro e reto, temente a Deus e que se desvia do mal” (Jó 1:1, 8, ARA).

Essa introdução é obviamente necessária para a construção da narrativa, conforme problematizada na segunda metade do capítulo 1. Uma série de situações catastróficas são descritas em evidente estrutura padronizada. Uma introdução descrevendo os filhos de Jó reunidos em um mesmo local é dada no verso 13, seguida da apresentação de um mensageiro que relata perda de parte importante de sua propriedade, dando lugar a um próximo mensageiro que comunica similar notícia, até que um quarto mensageiro retoma a introdução do verso 13, indicando a morte de todos seus filhos.⁴

Os primeiros efeitos catárticos são produzidos já nesse momento. A reflexão que gira em torno da aparente discrepância entre as qualidades e atitudes de Jó e os desastrosos acontecimentos de sua história chamam, inevitavelmente, a atenção do leitor. Nesse momento ele é convidado a refletir sobre sua própria existência, dialogando com os acontecimentos negativos que lhe sobrevêm em conexão de sua bondade ou não. Além disso, o leitor é convidado a se colocar no lugar de Jó por passar situações similares, mesmo que em menor intensidade.

Algumas construções adicionadas a essa estrutura textual tornam essas reflexões ainda mais expressivas. A dinâmica da narrativa é acelerada e, se não bastasse as ocorrências descritas, essas são sobrepostas em rápidas continuações, evidenciadas pelo uso de “falava este ainda quando veio outro”, e “só eu escapei” (Jó 1, ARA). Atitudes de condescendência e empatia são naturais no momento de leitura, em maior ou menor nível, a depender das

⁴ A estrutura dessa seção pode ser facilmente esquematizada da seguinte forma:

A – Introdução v.13

B Primeiro Comunicado v.14-15

C Segundo Comunicado v. 16

D Terceiro Comunicado v. 17

A' – Conclusão v.18-19

condições já descritas anteriormente – tendo em vista que situações semelhantes na realidade operacional do leitor geram tais reações.

Além desses aspectos, é possível levar em conta as reações esperadas frente a atitude de Jó diante de todos estes acontecimentos, conforme narrado em 1:20-21 e reafirmado pelo narrador no verso 22; ou mesmo as ações divinas em 2:6 e da esposa de Jó em 2:9. De forma geral, a leitura de tais elementos induzem o leitor a uma identificação, ou mesmo discussão interna quanto às motivações das ações de tais figuras. Isso porque, o próprio texto, conforme construído, retém um potencial catártico, inerente às obras literárias.

2.2 Linguagem literária

Conforme já apresentado, os estruturalistas defendem a literatura como caracterizada pela ruptura do padrão linguístico – conceito que é desenvolvido ao ponto de se adotar a percepção de que “literatura” vem a ser um desvio do texto, o trilhar um caminho de forma distinta. Tal aspecto é difícil de conceituar, já que nele se busca indicar o viés artístico da obra; momentos em que o autor emprega sua subjetividade e genialidade em seu empreendimento, rompendo, assim, com a prática linguística regular (MOISÉS, 2000, p. 33-34).

Afinal, conforme afirma Wellek & Warren (2003, p. 7), estudar literatura é se interessar pela individualidade de um sujeito “com características e qualidades que o separam de outros agrupamentos similares”. Assim, conforme defendido por tais autores, “antes de tudo, a linguagem literária deve ser diferenciada dos vários usos do cotidiano, [já que] os recursos da linguagem são explorados de modo muito mais deliberado e sistemático” (WELLEK; WARREN, 2003, p. 16).

Ao analisar o texto da Bíblia Hebraica tal aspecto é facilmente notado. Até mesmo quando tomado o texto transferido em tradução, nota-se resquícios de uma linguagem literária; não pela sua construção arcaica ou culta (o que não se aplicaria a muitas partes do texto, por sinal), mas pela sua construção subjetiva e genial... sua construção literária (ALTER, 1983, p. 128-129; BAR-EFRAT, 2003, p. 11).

Tomando como base a análise de seus textos, a linguagem literária presente na Bíblia Hebraica pode ser classificada em ao menos três “níveis”: No uso de recursos literários, na aplicação da subjetividade conteudista e na organização formal do texto. Nesse sentido, toda e qualquer parte do texto pode vir a ser analisada, indicando maior ou menor nível de uso de tais recursos; conforme as perícopes aqui destacadas como exemplo demonstrarão.

Em referência ao primeiro “nível”, que gira em torno do uso de recursos literários, é possível notar a linguagem expressa nas entrelinhas, de forma figurada e muitas vezes metafórica ou hiperbólica, de narrativas descritas em textos como 2 Samuel 8, 1 Reis 1, Gênesis 31 e etc.. De forma ainda mais evidente, uma simples leitura do capítulo 12 de Eclesiastes atesta a presença de tais recursos, conforme pode ser visto adiante:

Lembra-te do teu Criador nos dias da tua mocidade, antes que venham os maus dias, e cheguem os anos dos quais dirás: Não tenho neles prazer; antes que se escureçam o sol, a lua e as estrelas do esplendor da tua vida, e tornem a vir as nuvens depois do aguaceiro; no dia em que tremerem os guardas da casa, os teus braços, e se curvarem os homens outrora fortes, as tuas pernas, e cessarem os teus moedores da boca, por já serem poucos, e se escurecerem os teus olhos nas janelas; e os teus lábios, quais portas da rua, se fecharem; no dia em que não puderes falar em alta voz, te levatares à voz das aves, e todas as harmonias, filhas da música, te diminuïrem; como também quando temeres o que é alto, e te espantares no caminho, e te embranqueceres, como floresce a amendoeira, e o gafanhoto te for um peso, e te perecer o apetite; porque vais à casa eterna, e os pranteadores andem rodeando pela praça; antes que se rompa o fio de prata, e se despedace o copo de ouro, e se quebre o cântaro junto à fonte, e se desfaça a roda junto ao poço, e o pó volte à terra, como o era, e o espírito volte a Deus, que o deu (Eclesiastes 12:1-7, ARA).

No “nível” que compreende a subjetividade conteudista presente na obra, notam-se os diversos momentos em que o narrador é interpolado como enunciador, atualizador e, por vezes, comentarista nas histórias registradas na Bíblia Hebraica; além de diversos livros bíblicos onde predomina o discurso em primeira pessoa e as características subjetivas preservadas na forma final do texto. Dentre tantas, tão facilmente percebidas em leitura do original ou de qualquer tradução, é possível ressaltar as interpolações de Gênesis 3:25 ou do capítulo 14 do mesmo livro, além dos tantos juízos de valor expressados em Juízes (como em 18:1 ou 21:25), ou mesmo de livros completos onde predomina a subjetividade, tais como Eclesiastes, Jeremias e tantos outros profetas.

O último “nível” onde é expressa a linguagem literária, denominada como a da organização formal do texto, é a única dentre essas que em alguns momentos acaba por passar despercebida frente ao leitor que não possui conhecimentos técnicos mais profundos; ou mesmo que tenha acesso unicamente a traduções do material. Ainda assim, estruturas bem mais explícitas, conforme àquela já descrita acima, em referência à narrativa preservada na segunda metade de Jó 1, ainda podem ser observadas mesmo pelo leitor leigo.

Em referência àquelas estruturas textuais mais implícitas, algumas considerações devem ser tecidas. Primeiramente, é importante ressaltar o valioso olhar questionador que deve ser voltado a propostas de esboço estrutural pautadas em argumentos especulativos ou

superficialmente temáticos. Isso porque, tais propostas encerram apenas possibilidades, muitas vezes guiadas unicamente pela arbitrariedade do intérprete. Nesse sentido, toma-se por necessário considerar que toda e qualquer percepção estrutural aceitável deve ser proposta mediante análise textual dos elementos léxicos e sintáticos empregados e preservados na forma final do texto, a fim de que essa seja pautada com maior credibilidade por não ser derivada de uma superficial e arbitrária análise do intérprete.

Em análise do texto preservado em Ageu 2:10-19, por exemplo, é possível propor uma estrutura pautada em Introdução e outros 5 blocos que retomam constantemente o conteúdo já exposto, conforme o seguinte esquema:

Introdução – V. 10

- A 1ª Fala de Acusação – V. 11-14
- B 1ª Fala de Exortação – V. 15
- A' 2ª Fala de Acusação – V.16-17
- B' 2ª Fala de Exortação – V. 18
- C Promessa – V. 19

Tal estrutura é mapeada, principalmente, mediante os seguintes elementos: Introdução contendo datação específica (*heb.*: לְדָרְיִינָשׁ בְּשָׁנַת שְׁתַּיִם לְדָרְיִינָשׁ), facilmente reconhecida no livro como indicador de nova seção. Blocos de acusação colocados em paralelo mediante uso das construções “assim diz o Senhor dos Exércitos” (*heb.*: כֹּה אָמַר יְהוָה יְצֹבָאוֹת) e “toda a obra das suas mãos” (*heb.*: כָּל-מַעֲשֵׂה הַיְדֵיָהֶם); além de blocos de exortação, relacionados mediante uso da construção exortativa “Ponham vossos corações” (*heb.*: שִׁימוּ-נָא לְבַבְכֶם). A perícopé é encerrada com uma fala de promessa, fundamentada nas bênçãos da aliança de Deuteronômio 28.

Tal disposição atesta a coerência interna existente no texto bíblico, seja intencional ou não, em sua construção, que foi cristalizada na forma final do texto. Sua ordem lógica e intencional caracteriza um texto trabalhado e pensado, conforme esperado de um material literário; afinal, nesse tipo de texto, a estética e a forma da construção diz muito do conteúdo que se busca apresentar (BAR-EFRAT, 2003, p. 11-13).

2.3 Diversidade de gêneros

A discussão quanto aos gêneros literários não é tida em consenso nem mesmo no âmbito da Teoria Literária. Sua existência não é negada em momento algum, mas a forma de seu emprego e possível classificação em muito pode diferir. Aristóteles (2008, p. 38-42), por

exemplo, conforme já exposto, percebia os gêneros como pautados através da distinção mimética entre as obras, com base em elementos normativos. Nesse sentido, conforme defende Moisés a respeito de um gênero específico (2006, p. 27-28):

Tratando-se de conto, não importa se escrito em nossos dias, ou nos séculos anteriores, sempre exhibirá as mesmas características fundamentais. Ainda que o conflito não seja aparente, ou que o método utilizado pelo, contista seja o indireto, por meio de implicações, a narrativa continua sendo conto. Quando não se estrutura ao redor de uma trama, visível ou implícita, em razão de o autor visar a um texto sem núcleo dramático, “em que nada acontece”, o resultado é o poema em prosa, capítulo ou embrião de novela ou romance, ou crônica.

Tal percepção, que vê os gêneros literários de certa forma “estáticos”, é amplamente discutida por outros teóricos, como Michail Bakhtin (1997, p. 277-326). Embora reconhecesse a existência dos gêneros, o formalista russo concebia uma percepção mais aberta do tema, levando em conta a subjetividade do autor na construção literária. Nesse sentido, o gênero, muito embora ofereça características gerais de orientação, seria manipulado ao bel prazer do autor, a partir de sua subjetividade e genialidade (BAKHTIN, 1997, p. 277-326).

De forma semelhante, notam-se as propostas de Wellek & Warren (2003, p. 306-307), que atribuem aos gêneros o status de instituição. Assim, ao se relacionar como eles, o autor pode expressar-se por meio dos mesmos, criar outros mais ou mesmo seguir em frente. Além disso, o autor pode se valer fortemente de um determinado gênero, mas, posteriormente, acabar por dar-lhe uma outra forma.

Tal aspecto é relevante no processo de análise da Bíblia Hebraica. Isso porque, muito embora se observe uma série de posicionamentos teológicos que vê na questão dos gêneros algumas correntes metodológicas de interpretações fechadas, causando, muitas vezes, interpretações imprecisas (SICRE, 2002, 143), há aqueles que reconhecem, assim como Bakhtin (1997, p. 277-326), o papel da subjetividade autoral na formulação de tais gêneros. Assim, os posicionamentos de autores como Bar-Efrat (2003, p. 13), Buber & Rosenzweig (1994, p. 28) e Sicre (2002, p. 143-155) serão aqui adotados, os quais ressaltam a manipulação subjetiva do escritor no gênero do texto bíblico, além de indicar a importância da análise de tal na extração do significado. Vale ressaltar, em todo caso, que essa manipulação subjetiva é manifestada no próprio texto, em sua forma final, não sendo necessário buscá-la em nenhuma outra fonte.

Retornando à análise direta do tema, é possível pensar gêneros em, ao menos, duas dimensões (ou uma única, se considerar a outra como extratos/formas literários(as), e não

gêneros), sendo a primeira delas representada pelos dois maiores polos da literatura: A poesia e a prosa (MOISÉS, 2006, p. 19-28; SICRE, 2002, p. 143-144).

Primeiramente, é chamada a atenção para o fato de que, se feita avaliação da Bíblia Hebraica a partir desse viés, não restarão dúvidas quanto à sua adequação à classificação literária, já que a presença de textos cunhados em ambos os gêneros é evidente ao longo da obra. É possível observar, por exemplo, um pequeno excerto construído a partir da alternância de ambos os gêneros, onde lê-se uma interpolação poética no interior de uma construção prosaica, conforme exposto abaixo:

Então, o SENHOR Deus fez cair pesado sono sobre o homem, e este adormeceu; tomou uma das suas costelas e fechou o lugar com carne. E a costela que o SENHOR Deus tomara ao homem, transformou-a numa mulher e lha trouxe. E disse o homem:

*Esta, afinal, é osso dos meus ossos e carne da minha carne;
chamar-se-á varoa, porquanto do varão foi tomada.*

Por isso, deixa o homem pai e mãe e se une à sua mulher, tornando-se os dois uma só carne. Ora, um e outro, o homem e sua mulher, estavam nus e não se envergonhavam (Gênesis 2:21-24, ARA).

A diversidade de gêneros na construção do texto, além da prática de mescla aqui atestada, é também observada quando se discute a segunda possível dimensão mencionada, relativa aos gêneros/fôrmas específicos(as) da prosa, como o romance, a novela ou a crônica; ou mesmo, de forma mais aplicada ao texto da Bíblia Hebraica, os gêneros Proféticos Clássicos, Proféticos Apocalípticos, Apólogos, Parábolas, e etc. (SICRE, 2002, p. 143-155; Cf. BAR-EFRAT, 2003, p. 13; MOISÉS, 2006, p. 19-28).

A fim de aclarar tal realidade, é possível tomar como exemplo a perícopa já analisada, registrada em Ageu 2:10-19. As considerações de Sicre (2002, p. 143-155) referentes ao gênero ali adotado, por exemplo, advogam a favor de uma classificação do texto como um “oráculo de condenação contra uma coletividade”, pertencente ao gênero amplo da Profecia Clássica, tendo em vista a linguagem e estrutura empregada, além do uso da chamada “fórmula do mensageiro” na construção do texto.

A adequação do texto aos elementos descritos pelo autor é facilmente percebida, ainda assim, alguns elementos poderiam vir a trazer complicações se tal gênero fosse defendido como sendo essencialmente “estático.” Isso porque, ao assumir os gêneros como estruturas fechadas, seria exigido que o texto reproduzisse todas as características de um modelo imposto a ele ou mesmo adotado por ele; realidade impossível de se aplicar ao texto em sua forma final, já que

mesmo o texto acima analisado não apresenta, por exemplo, a presença de uma acusação genérica comum ao gênero em questão, conforme apresentado por Sicre (2002, p. 143-144).

Além disso, seria necessário que textos como Amós 1:6-8 e Ageu 2:10-19 compartilhassem uma estrutura e forma de construção idêntica, por possuir em comum a adequação ao gênero já anunciado. Na prática, porém, isso não se sustenta, conforme pode ser notado mediante a falta de exposição em parábola em Amós, presente na narrativa de Ageu; dentre outras diferenças evidentes. Assim, se torna necessário a adoção de posicionamento semelhante ao de Sicre (2002, p. 150-151), que reconhece a liberdade do autor na manipulação das fôrmas existentes.

Dessa forma, é defendido que, muito embora o texto da Bíblia Hebraica apresente de forma clara sua composição adequada a gêneros, sejam aqueles literários ou especificamente prosaicos (o que indica seu pertencimento essencial ao que é denominado “literatura”), é necessário conceber tais gêneros como dinâmicos, submetidos à livre e genial manipulação do autor – não apenas em se tratando do texto bíblico, mas do texto literário, como um todo. Logo, no ato interpretativo, não se deve levar ao texto uma forma, adequando o ali encontrado a tais pressupostos. Antes disso, é necessário ir até o texto e buscar em sua estrutura e uso vocabular o gênero adotado, respeitando e reconhecendo a liberdade do escritor, conforme preservada na forma final do texto (BAR-EFRAT, 2003, p. 13; SICRE, 2002, p. 143-155; BAKHTIN, 1997, p. 277-326).

2.4 Verossimilhança e ficção

O aspecto da ficção é, talvez, a maior barreira levantada frente a adoção da percepção da Bíblia como Literatura por parte de uma gama de teólogos e religiosos conservadores. Isso porque, a adoção da Bíblia como Literatura é normalmente compreendida como sendo o equivalente a uma negação da historicidade e ocorrência espaço-temporal dos acontecimentos e personagens registrados no livro – algo inconcebível na ortodoxia judaico-cristã. Tal concepção, contudo, é, por vezes, resultado de uma incompreensão de quem a cunha e/ou estimula, conforme será exposto abaixo (Cf. WELLEK; WARREN, 2003, p. 14).

É necessário considerar, primeiramente, que o conceito de ficção não é elemento de simples abordagem e consensual compreensão no campo dos estudos literários. Isso porque, o termo ficção, assim como indica Wellek & Warren (2003, p. 14), carrega um conteúdo semântico muito mais amplo que o que lhe é comumente designado; o que pode ser atestado, inclusive, mediante análise da distinção que há na adoção de termos que podem vir a

caracterizar uma obra como fictícia ou ficcional (CANDIDO, 1968, 09-12). Além disso, nota-se que a primeira conceituação de algo semelhante ao que hoje denomina-se “ficção”, cunhada ainda por Aristóteles, não exige (embora abarque) a existência de uma criação imaginativa não histórica no processo da construção literária; antes disso, apenas atribui a tal conceito a premissa de que a obra registra uma imitação de semelhança real (MOISÉS, 2000, p. 26)

Conforme já introduzido, tal conceito de “imitação”, pautado na premissa de existência de uma semelhança verdadeira entre a obra e a realidade, é elemento comum em obras literárias, mesmo em textos cuja historicidade é proposta. Isso porque, ontologicamente falando, não é possível preservar um evento histórico de qualquer forma; assim, qualquer preservação é uma imitação do ocorrido, pautada pela imaginação e atitude criativa do autor que a executa. Tal reprodução, em todo caso, pode tomar como prerrogativa a historicidade dos eventos, ou não. Desse modo, ficcionalidade e historicidade não estão, necessariamente, associadas.

É aparentemente nesse sentido que Moisés (2006, p. 147-148) dicotomiza a existência de uma “verossimilhança interna, que organiza as regras específicas de um mundo autônomo, [e uma] verossimilhança aferida em relação ao plano da realidade concreta”. Dessa forma, materiais como a novela – assim denominados por Moisés, e possivelmente paralelos ao “romance” mencionado por Wellek & Warren (2003, p. 291) –, apresentariam elementos ficcionais claramente inventados, “com situações que somente não são de outro planeta porque extraídas do contexto social,” diferentemente do que é feito pelo conto e o romance, “desejosos de ser reflexo e reconstrução do mundo,” como são (MOISÉS, 2006, p. 147-148)

A fim de aclarar tais ideias, referentes à impossibilidade de uma reprodução ontológica de um evento histórico, é possível tomar como exemplo a construção de uma foto, ou mesmo de um retrato em tela. Embora seja possível simular a probabilidade de ambos reproduzirem integral e perfeitamente a cena que ali preservam, mesmo tomando em conta todas as dimensões físicas ali existentes, tal reprodução, ontologicamente falando, não passará de uma imitação do real, em verossimilhança do mesmo. Semelhantes considerações podem ser aplicadas ao registro textual, seja ele unicamente imaginativo (conforme diversas obras literárias), ou mesmo pautado a partir de uma premissa histórica.

Isso porque, é impossível conceber uma descrição de algo que não seja filtrada mediante a subjetividade do autor e a escolha da forma empregada no registro de tal situação, além dos recortes feitos na construção daquele material. Assim, tal registro não se torna uma reprodução completa do real, mas uma ficção; mesmo que o autor tenha preservado momentos, personagens e eventos históricos, sem uma sequer adição “inventada”.

Em todo caso, é necessário pontuar ainda que, na abordagem literária de estudo do texto, um combate ao sobrenatural e à historicidade dos eventos ali narrados não é necessariamente feito. Isso ocorre apenas quando o intérprete deixa transparecer suas insatisfações em sua prática, mediante esvaziamento de uma postura acadêmica/crítica. Quando a obra interpretativa é bem executada, independentemente dos anseios de quem a pratica, o texto será tratado com sua devida importância, levando em conta aquilo que a construção textual em si expõe, não se atentando para a discussão da historicidade do que é ali narrado. A exemplo disso, o comentário de Amós e Fania Oz (2015, p.41), em referência a figura de Jó, pode ser considerado:

Desnecessário dizer que não podemos saber — especialmente em relação aos tempos antigos — quem foi “figura histórica” e quem foi mito. Não podemos saber quem “realmente” fez ou escreveu o que se alega que tenha feito ou escrito. Temos curiosidade a respeito, mas não importa realmente. Verdade histórica não é verdade arqueológica, disse Ahad Ha’am. A história pode transportar uma verdade genuína por meio de figuras ficcionais, alegorias e mitos. E um talmudista do século IV disse que o Jó bíblico nunca existiu, que foi uma fábula. Outros sábios argumentaram contra ele, mas a teoria do Jó ficcional foi devidamente incluída no Talmude. Por que não foi varrida da lousa como blasfema ou indigna? Porque — ou assim gostaríamos de pensar — o Talmude antecipava e aceitava o nosso ponto: fábulas podem contar uma verdade. Ficção não é um gracejo. Jó existiu, tenha ou não existido “de verdade”. Ele existe nas mentes de incontáveis leitores, que o discutiram e debateram sobre ele por milênios. Jó, como Macbeth e Ivan Karamazov, existe como verdade textual.

Na leitura de tal posicionamento é notável a percepção comum aos que se adequam à análise da Bíblia como Literatura, facilmente sintetizada na declaração: “Jó existiu, tenha ou não existido “de verdade”” (OZ; OZ, 2015, p. 41). Com isso, os autores deixam claro que, de fato, a discussão quanto a historicidade de um personagem ou evento não é de fato importante para aquele que se dedica à prática interpretativa em questão. Isso porque o intérprete os têm preservados no texto e sua semelhança com o cotidiano já será o suficiente para validar sua análise e busca pelo significado. É importante reafirmar que os autores não negam ou afirmam a existência histórica do personagem, apenas não consideram a relevância dessa discussão.

Assim, no campo da análise literária da Bíblia Hebraica, não há espaço para a imposição de pressupostos quanto a historicidade ou mesmo ação sobrenatural na formulação daquele relato. Tal aspecto será relegado a segundo plano, sendo discutido, em outro momento, no campo teológico sistemático ou das ciências contextuais (arqueologia, história, etc.). O intérprete que considera a Bíblia Hebraica como Literatura deve se ater, unicamente, ao significado que o texto expõe, na cristalização de suas dimensões no material linguístico. Em

todo caso, conforme indica Alter (2007, p. 28), “esse tipo de análise crítica, longe de negligenciar o caráter religioso da Bíblia [Hebraica], focaliza-o de maneira mais nuançada”.

Voltando-se à aplicação do conceito na Bíblia Hebraica, nota-se que a aproximação da realidade (*i.e.* verossimilhança) presente nas narrativas bíblicas é inegável, sendo, inclusive, prerrogada no próprio livro a ocorrência histórica e real de suas narrativas e personagens. Além disso, não é difícil localizar todo e qualquer elemento descrito e anunciado nessas narrativas, quando postos em comparação com o mundo operacional, respeitados os devidos distanciamentos geográficos, culturais e temporais.

Em referência à discussão quanto a ficção, aqui compreendida como uma reprodução (imaginativa ou histórica) da realidade mediante inserção da subjetividade e genialidade do autor, dois exemplos podem ser tomados em conta, a fim de deixar claro tal aspecto. Tais exemplos giram em torno da repetição ou retomada de uma mesma narrativa a partir de uma ótica distinta (sendo produzida por um mesmo ou diferentes autores). É possível observar, primeiramente, as constantes práticas mosaicas de repetição, preservadas na *Torah* (como em Gênesis 1e 2, ou nas tantas outras existentes em Deuteronômio), onde, até mesmo a Lei, que tem por prerrogativa a escrita pelo próprio Deus, é narrada de duas formas ligeiramente distintas (Ex 20:1-17//Dt 5:1-21).

Um segundo exemplo se configura mediante análise do paralelo existente entre o livro de Crônicas e outros tantos, especialmente o de Reis. Ambos os materiais, em grande parte, reproduzem os mesmos acontecimentos em maior ou menor variação (derivada da subjetividade, genialidade e propósito do escritor), conforme pode ser visto no paralelo dos excertos expostos no Quadro 1, abaixo.

Quadro 1 – Comparação Crônicas e Reis

Texto de II Crônicas (1:1-6)	Texto de I Reis (3:3-4)
Salomão, filho de Davi, fortaleceu-se no seu reino, e o SENHOR, seu Deus, era com ele e o engrandeceu sobremaneira. Falou Salomão a todo o Israel, aos capitães de mil e aos de cem, aos juízes e a todos os príncipes em todo o Israel, cabeças de famílias; e foi com toda a congregação ao alto que estava em Gibeão, porque ali estava a tenda da congregação de Deus, que Moisés, servo do SENHOR, tinha feito no deserto. Mas Davi fizera subir a arca de Deus de Quiriate-Jearim ao lugar que lhe havia preparado, porque lhe armara uma tenda em Jerusalém. Também o altar de bronze que fizera Bezalel, filho de Uri, filho de Hur, estava ali diante do tabernáculo do SENHOR; e Salomão e a congregação consultaram o SENHOR. Salomão ofereceu ali sacrifícios perante o SENHOR, sobre o altar de bronze que estava na tenda da congregação; e ofereceu sobre ele mil holocaustos.	Salomão amava ao SENHOR, andando nos preceitos de Davi, seu pai; porém sacrificava ainda nos altos e queimava incenso. Foi o rei a Gibeão para lá sacrificar, porque era o alto maior; ofereceu mil holocaustos Salomão naquele altar.

Fonte: Bíblia Sagrada ARA.

Uma breve análise desses simples exemplos deixa claro a existência da subjetividade e genialidade do autor na reprodução verossímilante da realidade. Ambas as descrições não apresentam registros idênticos pois são reproduções, ficções, já que não preservam a realidade de fato (ontologicamente falando, conforme já descrito acima), destacando, inclusive descrições distintas para um mesmo evento (o que aparentemente não é tomado de forma negativa pelos escritores bíblicos). Ainda assim, nada há no texto nada que combata ou negue sua historicidade; algo que, de forma semelhante, não será feito em uma análise literária sincera.

2.5 Aspectos estruturantes da narrativa

Um último aspecto necessário na discussão da presente seção se afasta dos elementos essencialmente abstratos, se atendo, mais fixamente, aos aspectos mais concretos que constroem os textos literários. Uma larga produção acadêmica voltada a Bíblia Hebraica pode ser reunida nesse momento, tendo em vista que os autores que buscam ler a Bíblia como Literatura, muito embora não se atenham à discussão quanto a sua aplicabilidade à essência literária, acabam por voltar-se, fortemente, à aplicação dos aspectos estruturantes da narrativa no seu processo de análise, expondo os modos como elementos tais como narrador, personagem, cenário, enredo, etc., surgem na narrativa, em adequação aos moldes literários.

Nesse campo, é possível ressaltar os geniosos trabalhos já mencionados de Robert Alter (2007) e Bar-Efrat (2003), além de outros como os de Adele Berlin (1983) e de Yairah Amit (2003); assim como outros menos expressivos que descrevem de forma pontual esses elementos (Cf. FERREIRA, 2008; LIMA, 2015; MAGALHÃES, 2008). Tendo em vista que não é a intenção deste estudo avaliar condições metódicas ou mesmo praticar análises da Bíblia Hebraica em si, é suficiente a simples indicação de tais importantes materiais para estudo mais profundo daquele que se interessar, visto que a presença de aspectos estruturantes da narrativa na Bíblia Hebraica, a partir de moldes literários, é comumente reforçada por tais estudiosos.

Assim, em suma, em análise de materiais como os acima mencionados nota-se, de forma clara, a aplicabilidade desses conceitos na Bíblia Hebraica, bem como a exigência da consideração dos mesmos para a extração do significado do texto. Assim, de forma semelhante aos elementos anteriores, os aspectos estruturantes da narrativa literária argumentam a favor da compreensão da essência da obra como pertencente ao que se denomina “literatura” (ALTER, 1983, p. 128-129; BAR-EFRAT, 2003, p. 11-13).

Considerações finais

Após realizadas tais análises, é possível assumir que a Bíblia Hebraica apresenta indícios que a adequa a toda e qualquer classificação referente à essência literária, desfrutando das características próprias ao texto literário, conforme defendido pelas mais variadas teorias da literatura. Alguma oposição pode ser feita quanto a possibilidade de se ver todo o livro como representante dessa essência; ainda assim, negar uma ampla expressão da mesma se torna impossível em uma pesquisa não afetada pelas insatisfações ou temores dos teóricos.

Dessa forma, é defendido que a Bíblia Hebraica pode vir a ser compreendida como literatura. Ou melhor, deve vir. Afinal, porque não poderia vir a ser assim considerada, se sua essência se enquadra tão bem às características básicas exigidas pelas mais diversas correntes teóricas? Assim, é aqui afirmada a validade e robustez do pressuposto da literariedade da Bíblia Hebraica, como prerrogativa básica para a prática da leitura e interpretação da mesma (seja em sua integralidade ou parcialidade, no âmbito geral, ou mesmo na dimensão humana, quando em discussão teológica).

Referências Bibliográficas

ALTER, R. How Convention Helps Us Read: The Case of the Bible's Annunciation Type-Scene. *Prooftexts*, v. 3, n. 2, p. 115-130, mai. 1983.

ALTER, R. *A Arte da Narrativa Bíblica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

AMIT, Y. Progression as a Rhetorical Device in Biblical Literature. *Journal for the Study of the Old Testament*, v. 28, n. 1, p. 03-32, 2003.

ARISTÓTELES. *Poética*. 3. ed. Lisboa, PT: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. 2 ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1997.

BAR-EFRAT, S. *El arte de la narrativa em la biblia*. Madrid, ES: Anzos SL, 2003.

BERLIN, A. *Poetics and interpretation of biblical narrative*. 1. ed. England: Almond, 1983.

BUBER, M; ROSENZWEIG, F. *Scripture and Translation*. Indianapolis: Indiana University Press, 1994.

CANDIDO, A. *A personagem de ficção*. 2 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1968.

COELHO, N. N. *A Literatura infantil: história - teoria - análise (das origens orientais ao Brasil de hoje)*. 2. ed. São Paulo, SP: Quíron, 1982.

- EAGLETON, T. *Teoria da Literatura: Uma Introdução*. 6 ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2006.
- FERREIRA, J. C. L. A Bíblia como Literatura: lendo as narrativas bíblicas. *Revista Eletrônica Correlatio*, n. 13, jun. 2008.
- JAKOBSON, R. *Questions de poétique*. Paris: Éditions du Seuil, 1973.
- JEREMIAS, J. *Jerusalém no tempo de Jesus: pesquisas de história econômico- social no período neotestamentário*. 1. ed. São Paulo, SP: Paulinas, 1983.
- LIMA, A. O. A Bíblia como literatura: a Bíblia como ficção. *Revista Estudos de Religião*, v. 29, n. 1, p. 12-18, jan.-jun. 2015.
- MAGALHÃES, A. A Bíblia como obra literária: hermenêutica literária dos textos bíblicos em diálogo com a teologia. In.: *Deuses em poéticas: estudos de literatura e teologia [online]*. Belém: UEPA; Campina Grande: EDUEPB, 2008.
- MENESES, R, D, B. A desconstrução em Jacques Derrida: o que é e o que não é pela estratégia. *Universitas Philosophica*, v. 60, p. 177-204, jan.-jul. 2013.
- MOISÉS, M. *A Criação Literária: Poesia*. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.
- MOISÉS, M. *A Criação Literária: Prosa I*. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- OZ, A; OZ-SALZBERGER, F. *Os Judeus e as Palavras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SAUSSURE, F. *Escritos sobre linguística general*. Barcelona, ES: Editorial Gedisa, 2004.
- SICRE, J. L. *Profetismo em Israel: o profeta, os profetas, a mensagem*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SOUZA, R. A. *Teoria da Literatura*. 10. ed. São Paulo, SP: Editora Ática, 2007.
- WELLEK, R. WARREN, A. *Teoria da Literatura e Metodologia dos Estudos Literários*. São Paulo: Martins Fontes Editora, 2003.